

PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DE CUIDADO COM PLANTAS MEDICINAIS E SABERES LOCAIS: A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL COMO INSTRUMENTO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DOS ODS

**COMMUNITY PRACTICES OF CARE USING MEDICINAL PLANTS AND LOCAL
KNOWLEDGE: VALUING TRADITIONAL KNOWLEDGE AS A TOOL FOR
PROMOTING HEALTH AND THE SDGS**

**PRÁCTICAS COMUNITARIAS DE CUIDADO DE PLANTAS MEDICINALES Y
CONOCIMIENTOS LOCALES: VALORAR EL CONOCIMIENTO TRADICIONAL
COMO HERRAMIENTA PARA PROMOVER LA SALUD Y LOS ODS**

**Daniel Pantoja Estumano¹, Irlan Menezes da Paixão², Maria Raimunda Pantoja Estumano³,
Pedro Paulo Corrêa Farias e Corrêa⁴, Nicolly Corrêa Leal⁵, Matheus Araújo da Silva⁶**

DOI: 10.54899/dcs.v23i91.6016

Recibido: 01/06/2026 | Aceptado: 26/06/2026 | Publicación en línea: 30/06/2026.

RESUMO

O uso comunitário de plantas medicinais representa uma prática ancestral profundamente enraizada em saberes tradicionais, transmitidos oralmente e conectados a contextos culturais, ambientais e espirituais. Essas práticas revelam uma relação histórica e sustentável entre as comunidades e a natureza, e despertam crescente interesse por seu potencial na promoção da saúde, na preservação da biodiversidade e na valorização de identidades locais. A articulação entre tradição e ciência, por meio de abordagens interdisciplinares, tem possibilitado a sistematização desses conhecimentos, contribuindo para a sua preservação e reconhecimento em políticas públicas. No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de números 3, 4 e 12, esses saberes ganham relevância ao promoverem o bem-estar, a educação contextualizada e o uso sustentável dos recursos naturais. A pesquisa propõe-se a investigar essas práticas como estratégias de cuidado e resistência cultural, ainda pouco valorizadas nos meios institucionais. A partir deste contexto, o problema de pesquisa é apresentado a seguir: Qual o papel das práticas tradicionais de cuidado com plantas medicinais na preservação ambiental e na promoção da saúde alinhada aos ODS? No tocante ao objetivo geral, o estudo busca investigar como as práticas comunitárias de cuidado com plantas medicinais

¹ Mestre em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Santos, São Paulo, Brasil.
Email: dpestumano@gmail.com

² Mestre em Educação, Faculdade Estácio, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: irlandenfermeiro@gmail.com

³ Graduando em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas (AFYA), Abaetetuba, Pará, Brasil.
E-mail: mariapantoja2012@hotmail.com

⁴ Graduando em Medicina, Instituto de Educação Medica (IDOMED), Castanhal, Pará, Brasil.
E-mail: pedropaulocf03@gmail.com

⁵ Graduando em Medicina, Instituto de Educação Medica (IDOMED), Castanhal, Pará, Brasil.
E-mail: nicollyleal@hotmail.com

⁶ Graduando em Medicina, Centro Universitário do Pará (CESUPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: omatheusaraujo2000@gmail.com

contribuem para o alcance dos ODS. A pesquisa se justifica pela valorização dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais como forma de promover saúde integral e preservar o meio ambiente, cujas práticas contribuem para a sustentabilidade e o fortalecimento de políticas públicas.

Palavras-chave: Cultura Local. Desenvolvimento Sustentável. Gestão do Conhecimento. Plantas Medicinais. Saúde Coletiva.

ABSTRACT

The community use of medicinal plants represents an ancestral practice deeply rooted in traditional knowledge—knowledge transmitted orally and linked to cultural, environmental, and spiritual contexts. These practices reveal a historic and sustainable relationship between communities and nature, while sparking growing interest due to their potential to promote health, preserve biodiversity, and foster local identities. The integration of tradition and science through interdisciplinary approaches has enabled the systematization of this knowledge, contributing to its preservation and recognition within public policies. Within the framework of the Sustainable Development Goals (SDGs)—particularly Goals 3, 4, and 12—this knowledge gains relevance by promoting well-being, contextualized education, and the sustainable use of natural resources. This research aims to investigate these practices as strategies for care and cultural resistance—practices that remain undervalued in institutional settings. Against this backdrop, the research question is presented as follows: What role do traditional medicinal plant care practices play in environmental preservation and health promotion aligned with the SDGs? Regarding the general objective, the study seeks to investigate how community-based medicinal plant care practices contribute to achieving the SDGs. The research is justified by the value placed on traditional knowledge regarding medicinal plants as a means to promote holistic health and preserve the environment, with practices that contribute to sustainability and the strengthening of public policies.

Keywords: Local Culture. Sustainable Development. Knowledge Management. Medicinal Plants. Collective Health.

RESUMEN

El uso comunitario de plantas medicinales representa una práctica ancestral profundamente arraigada en el conocimiento tradicional, transmitido oralmente y vinculado a contextos culturales, ambientales y espirituales. Estas prácticas revelan una relación histórica y sostenible entre las comunidades y la naturaleza, y generan un interés creciente debido a su potencial para promover la salud, preservar la biodiversidad y valorar las identidades locales. La articulación entre tradición y ciencia, mediante enfoques interdisciplinarios, ha permitido la sistematización de este conocimiento, contribuyendo a su preservación y reconocimiento en las políticas públicas. En el contexto de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), especialmente los números 3, 4 y 12, este conocimiento cobra relevancia al promover el bienestar, la educación contextualizada y el uso sostenible de los recursos naturales. Esta investigación tiene como objetivo analizar estas prácticas como estrategias de cuidado y resistencia cultural, que aún se encuentran infravaloradas en los ámbitos institucionales. Con base en este contexto, se presenta el siguiente problema de investigación: ¿Cuál es el papel de las prácticas tradicionales de cuidado de plantas medicinales en la preservación ambiental y la promoción de la salud, en consonancia

con los ODS? En cuanto a su objetivo general, este estudio busca investigar cómo las prácticas comunitarias de cuidado de plantas medicinales contribuyen al logro de los ODS. La investigación se justifica por la valoración del conocimiento tradicional sobre plantas medicinales como medio para promover la salud integral y preservar el medio ambiente, prácticas que contribuyen a la sostenibilidad y al fortalecimiento de las políticas públicas.

Palabras clave: Cultura Local. Desarrollo Sostenible. Gestión del Conocimiento. Plantas Medicinales. Salud Pública.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O uso comunitário de plantas medicinais constitui uma prática ancestral fundamentada em saberes tradicionais, os quais são transmitidos predominantemente por via oral e inseridos em contextos culturais, ambientais e espirituais específicos. Essas práticas evidenciam uma relação histórica e contínua entre as comunidades e o meio natural, caracterizada pelo manejo sustentável das espécies vegetais. O conhecimento tradicional relacionado a essas plantas está intrinsecamente associado à promoção da saúde e à conservação da biodiversidade local. Nesse âmbito, ressalta-se a relevância da interlocução entre saberes tradicionais e científicos para a sistematização, preservação e valorização desse patrimônio cultural e biológico.

Desde as civilizações mais antigas, os grupos humanos consolidaram um acervo de saberes tradicionais acerca do ecossistema ao seu redor, visando estabelecer relações e atender às suas exigências vitais. Entre as variadas práticas mantidas por esses conhecimentos ancestrais, o uso de plantas medicinais sempre deteve uma posição fundamental, evidenciando-se em função de suas aplicações terapêuticas, admitidas e perpetuadas entre gerações (Rangel; Bragança, 2009).

Com o avanço das ciências médicas, emergiram perspectivas renovadas para o enfrentamento e a cura de patologias, a exemplo da introdução de fármacos de origem industrial, assimilados progressivamente no cotidiano social, tanto pela atuação de profissionais de saúde coletiva quanto por meio de ações publicitárias impulsadas por empresas farmacêuticas, que difundiam a promessa de solução para um extenso espectro de enfermidades. A despeito do progresso dos agentes sintéticos, as plantas medicinais seguiram sendo empregadas como recurso terapêutico em distintas regiões do mundo, registrando-se, nas últimas décadas, um movimento

crescente de revalorização dos preparos terapêuticos fundamentados em espécies vegetais com propriedades medicinais (Turolla; Nascimento, 2006).

A aplicação adequada de plantas medicinais demanda, necessariamente, orientação de especialistas e profissionais vinculados à saúde coletiva, com o intuito de evitar possíveis complicações decorrentes da automedicação. Por meio de um uso criterioso e sistemático, essa prática pode proporcionar diversos benefícios à sociedade, minimizando os riscos de intoxicação causados por constituintes químicos presentes nessas espécies. Observa-se que muitas comunidades enfrentam restrições no acesso a esses recursos naturais devido à falta de tecnologias apropriadas, ficando frequentemente expostas à exploração por agentes com maior poder econômico, o que aprofunda iniquidades na distribuição de benefícios e gera tensões e contradições de ordem ambiental no contexto comunitário (Xavier; Silva; Lima, 2021).

A justificativa desta pesquisa reside na valorização das práticas comunitárias de cuidado com plantas medicinais e dos saberes locais como instrumentos para a promoção da saúde integral e a preservação ambiental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas práticas tradicionais representam um patrimônio cultural e biológico significativo que, ao ser reconhecido e incentivado, pode fortalecer estratégias de saúde pública e sustentabilidade. Além disso, o conhecimento tradicional contribui para a conservação da biodiversidade, o uso responsável dos recursos naturais e o fortalecimento das comunidades locais.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NO USO COMUNITÁRIO DE PLANTAS MEDICINAIS: CONEXÕES ENTRE TRADIÇÃO E CIÊNCIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE LOCAL

A valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas medicinais é essencial para a promoção da saúde, a preservação ambiental e a manutenção das culturas locais. Esses saberes, transmitidos por gerações, articulam práticas culturais e relações com o ambiente, configurando racionalidades próprias que vão além de repertórios empíricos. A gestão do conhecimento deve ser compreendida como um instrumento ético, político e metodológico, capaz de integrar esses saberes aos processos contemporâneos de organização e compartilhamento da informação. Tal abordagem fortalece práticas sustentáveis de cuidado, fomenta a inovação social e contribui para políticas públicas mais inclusivas, sem dissociar o saber de seus contextos

ecológicos e territoriais.

A gestão do conhecimento se define como um procedimento intencional e em constante transformação, composto por medidas integradas que possuem o objetivo de orientar e reforçar o acervo cognitivo preexistente. Esse patrimônio de saberes tradicionais é formado por competências e habilidades intelectuais utilizadas na superação de obstáculos, incorporando bases teóricas e aplicações práticas provenientes de dados e informações processados em meio social. Nesse contexto, a gestão do conhecimento exerce a função de instrumento estratégico para a sistematização dos saberes tradicionais, ao definir técnicas direcionadas à produção, organização, compartilhamento e aproveitamento do saber. Essa abordagem viabiliza a revalorização e a adoção dos conhecimentos locais, notadamente no âmbito da saúde coletiva, colaborando para seu aprimoramento e validação. A interligação entre esses fatores estimula a criação de respostas mais adequadas às particularidades regionais, ampliando a efetividade das iniciativas empreendidas (Probst; Raub; Romhardt, 2002).

Paiva, Costa e Amaral (2025) descrevem que os saberes ancestrais sobre plantas medicinais são fundamentais para a manutenção da saúde e do equilíbrio ambiental em comunidades rurais. Esse conhecimento tradicional fortalece práticas sustentáveis que preservam tanto a biodiversidade quanto a cultura local. Segundo os autores, as

[...] comunidades rurais e tradicionais desempenham um papel fundamental na preservação do patrimônio imaterial de plantas nativas e exóticas. Deste modo, a forma como essas comunidades interagem com o ambiente, aplicando seus conhecimentos ancestrais, não apenas garante a continuidade de espécies vegetais valiosas, mas também mantém vivas práticas de manejo que são inerentemente sustentáveis e adaptadas aos ecossistemas locais. Essa coevolução entre ser humano e natureza é um modelo de uso de recursos que merece ser mais estudado, valorizado e replicado, servindo como uma base sólida para políticas de conservação e desenvolvimento rural que respeitem e integrem o saber local (, p. 150).

As plantas medicinais são utilizadas pela humanidade há milênios, em função de seus atributos curativos. O saber tradicional engloba um acervo de compreensões sobre o cosmos natural e espiritual, repassado por tradição oral entre gerações e que deve ser analisado conforme a estrutura cultural na qual se origina. Em numerosas culturas, a concepção de saúde supera a dimensão meramente física, sendo entendida como uma condição de equilíbrio espiritual, ecológico e social. A vasta diversidade de plantas medicinais catalogadas e sua disponibilidade no interior das comunidades denotam uma correlação direta entre a utilização e o domínio dos saberes tradicionais acerca dessas espécies e sua ocorrência no território (Lemos; Araujo, 2015).

Os saberes tradicionais sobre plantas medicinais representam saberes ancestrais transmitidos entre gerações em diversas comunidades, os quais fazem parte da cultura popular e são fundamentais no cuidado com a saúde, especialmente em contextos onde o acesso à medicina convencional é limitado. A etnobotânica estuda essas práticas, e valoriza a relação entre pessoas, plantas e território, embora a transmissão desses saberes venha diminuindo em virtude da urbanização e da desvalorização cultural. Proteger esses saberes tradicionais é um passo necessário para conservar a diversidade cultural e natural. (Souza; Andrade; Andrade, 2024).

Ferreira, Pasa e Nunez (2020) investigaram e resgataram o conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais na Comunidade Barreirinho, em Santo Antônio de Leverger (MT), com ênfase no manejo, preparo e indicações terapêuticas. Por meio de uma pesquisa mista – qualitativa e quantitativa –, o estudo identificou 141 espécies pertencentes a 60 famílias botânicas, com destaque para Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae. Fundamentado nos campos da etnobotânica e da etnofarmacologia, o trabalho evidenciou a importância do saber empírico local, transmitido oralmente entre gerações, na compreensão das interações entre comunidades humanas e os recursos vegetais. Os resultados demonstraram que a comunidade possui um amplo repertório de saberes sobre o uso terapêutico das plantas, aplicadas principalmente no tratamento de enfermidades comuns, e utilizam recursos provenientes tanto dos quintais quanto da flora nativa local.

O conhecimento sobre plantas medicinais abrange uma ampla diversidade, com destaque para o uso predominante de espécies nativas. As folhas são frequentemente preferidas para uso terapêutico, e algumas dessas plantas são cultivadas em quintais, o que indica que o acesso a essas espécies é um fator importante para seu uso contínuo. A valorização das plantas nativas em contextos de preservação ambiental ressalta a necessidade de estudos aprofundados que explorem os sistemas tradicionais de tratamento médico e as relações entre as populações e as plantas medicinais, considerando sempre a conservação dos ecossistemas envolvidos (Alves et al., 2025).

Nota-se que a gestão do conhecimento, quando orientada por uma perspectiva sensível à diversidade cultural e à complexidade dos saberes tradicionais, representa uma ferramenta estratégica para a valorização e fortalecimento das práticas de cuidado baseadas no uso de plantas medicinais. Ao articular conhecimento científico e saberes locais, é estimulada a preservação do patrimônio imaterial de comunidades tradicionais, bem como a construção de soluções mais sustentáveis, inclusivas e contextualizadas para os desafios da saúde e do meio ambiente.

CUIDADO, CULTURA E NATUREZA: A CONSTRUÇÃO INTERDISCIPLINAR DO CONHECIMENTO SOBRE PLANTAS MEDICINAIS

A etnobotânica das plantas medicinais constitui uma abordagem fundamental para o fortalecimento do uso de fitoterápicos pelas comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que amplia o conhecimento sobre a diversidade vegetal presente em diferentes contextos ecológicos. Este campo de estudo promove o uso sustentável dos recursos naturais, integrando saberes locais com práticas que respeitam o meio ambiente. Além disso, valoriza as tradições e crenças culturais, contribuindo para a proteção e continuidade dos modos de vida dessas populações. A etnobotânica busca compreender as múltiplas relações entre seres humanos e plantas, considerando os diversos aspectos que envolvem seu uso e manejo. Por seu caráter interdisciplinar, que abrange fatores culturais, sociais, biológicos, ecológicos, econômicos e políticos, a etnobotânica contribui tanto para o reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais quanto para a conservação ambiental a partir dos conhecimentos por elas preservados (Fontenele; Rosal, 2024).

Com o objetivo de estabelecer diretrizes e conceitos fundamentais para a formulação de políticas públicas voltadas aos direitos e à proteção dos povos e comunidades tradicionais, o Decreto nº 6.040 (Brasil, 2007) define os termos essenciais que norteiam sua aplicação:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Brasil, 2007).

Entre populações tradicionais, identifica-se uma relação de complementaridade entre os seres humanos e o meio ambiente, manifesta tanto nas rotinas quotidianas quanto nas representações culturais, espelhando um conjunto de saberes tradicionais legados historicamente. Esses saberes expressam-se mediante concepções, valores, experiências, ligações afetivas e condutas de identidade e pertencimento, que regulam as relações entre os membros da

comunidade e os elementos dos ecossistemas, assim como os desdobramentos oriundos dessa interação. Entretanto, os indivíduos dessas coletividades não se autopercebem como atores sociais centrais nem como participantes ativos nos processos de mudança local. Essa conexão é indissolúvel, uma vez que a natureza representa o fundamento de sua permanência cultural, existência social e trajetória histórica, constituindo a premissa para a continuidade de seu percurso comunitário (Santos, 2007).

A avaliação do progresso local em comunidades tradicionais constitui uma abordagem reconhecida pela etnobotânica, destinada a melhorar as condições de vida de seus membros, mediante o estímulo a novas formas de produção de saberes, intercâmbio de experiências e proteção de direitos. Trata-se de uma transformação que abrange dimensões sociais, culturais, ecológicas, econômicas e políticas, na qual os principais beneficiários devem ser os próprios integrantes da comunidade (Castilho; Arenhardt; Le Bourlegat, 2009).

É necessário valorizar e legitimar os saberes tradicionais sobre recursos naturais, reconhecendo-os como práticas socioculturais e ambientais fundamentadas em experiências transmitidas por gerações passadas. A oralidade desempenha um papel essencial nesse processo, articulando elementos como escuta atenta, percepção ambiental, memória, coerência cognitiva e criatividade narrativa. Por meio da transmissão oral e da construção empírica acumulada, preservam-se e transmitem-se os conhecimentos tradicionais, os valores sociais, os gestos simbólicos, as representações culturais, as cosmovisões e as práticas de etnoconservação, conectando temporalmente o legado ancestral às realidades contemporâneas (Lima et al., 2013).

O saber tradicional desenvolvido nessas comunidades estabelece uma relação profunda com plantas medicinais, das quais se extraem alimentos, hortaliças, frutos e medicamentos, selecionados conforme as espécies disponíveis na região e sua relevância nas atividades cotidianas. Uma mesma planta pode assumir funções distintas para diferentes grupos sociais, como uso medicinal, alimentar, místico-religioso ou ornamental. A aplicação das plantas varia conforme a parte vegetal utilizada - sementes, frutos, flores, folhas, caules ou raízes. Entre estas, as folhas representam a parte mais frequentemente empregada para fins terapêuticos, devido à facilidade de coleta, secagem e armazenamento, seguidas pelo caule e pela raiz. As flores, por sua vez, são as menos utilizadas tanto para usos medicinais quanto alimentares (Bueno; Martínéz; Bueno, 2016).

No que concerne aos principais métodos de preparação de plantas medicinais, a infusão constitui a técnica mais comum, definida pela adição de compostos aromáticos em água para a

produção de bebidas, quentes ou geladas. Subsequentemente, evidencia-se a decocção, frequentemente utilizada para o preparo de bebidas a partir de raízes, caules e cascas, em que os componentes vegetais são cozidos em água com o propósito de liberar seus compostos bioativos. Outras formas bastante difundidas, em particular na Amazônia, englobam preparações como melitos, xaropes e misturas alcoólicas, produzidas a partir de uma única ou de várias espécies botânicas. A escolha desses procedimentos associa-se à praticidade de execução e ancora-se em saberes tradicionais repassados entre gerações (Siqueira et al., 2006).

A natureza complexa dos saberes locais em saúde, especialmente aqueles relacionados ao uso de plantas medicinais, exige uma abordagem epistemológica que ultrapasse os limites de uma única disciplina. Esses saberes articulam dimensões biológicas, culturais, espirituais, ecológicas e sociais, tornando-se inteligíveis apenas quando analisados a partir de uma perspectiva integradora. A interdisciplinaridade, nesse contexto, se configura como uma estratégia metodológica e teórica indispensável, pois possibilita a construção de um olhar mais amplo, sensível às especificidades do conhecimento tradicional e às dinâmicas socioculturais que o sustentam (Amaral, 2022).

É sabido da riqueza imensurável de conhecimentos acerca do uso empírico de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para o tratamento das mais diversas enfermidades; conhecimentos estes advindos da experiência de uso dos povos tradicionais e populações rurais e a expressão desse uso de forma cultural, religiosa e sustentável [...], adquiridos na disciplina sobre as dimensões empírica e científica, por meio de abordagens interdisciplinares, do uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na perspectiva da saúde, sustentabilidade e biodiversidade (Amaral, 2022, p. 7).

A interdisciplinaridade se apresenta como uma via essencial para a compreensão aprofundada das relações entre os saberes tradicionais e os sistemas científicos, especialmente no que se refere ao uso de plantas medicinais. Com a articulação de diferentes campos do conhecimento, torna-se possível integrar aspectos culturais, ecológicos, biológicos e sociais que estruturam as práticas de cuidado das comunidades tradicionais. Por meio da valorização dos fitoterápicos, a etnobotânica expõe a conexão entre os seres humanos e o meio ambiente, fundamentada em saberes construídos ao longo do tempo. A interdisciplinaridade, portanto, transcende os limites disciplinares convencionais e fortalece a preservação dos modos de vida, da biodiversidade e dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, contribui para a construção de estratégias sustentáveis e inclusivas, capazes de respeitar tanto a diversidade cultural quanto a integridade dos ecossistemas (Silveira; Gomes; Pereira Júnior, 2021).

ODS 3, 4 E 12 NA PRÁTICA: O VALOR DOS SABERES LOCAIS EM PLANTAS MEDICINAIS PARA O CUIDADO COMUNITÁRIO

A incorporação das plantas medicinais nas práticas de cuidado aproxima os serviços de saúde dos saberes enraizados nos territórios, e fomenta ações coerentes com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. A partir do valor desses saberes, é possível fortalecer o cuidado integral e a promoção do bem-estar. Trata-se de uma estratégia que amplia o acesso e respeita a diversidade.

Desde épocas antigas, as populações humanas mantiveram uma relação próxima com o ambiente natural, empregando os elementos disponíveis na natureza para atender necessidades fundamentais como nutrição e proteção, o que permitiu a formação de uma observação minuciosa dos processos ecológicos. A natureza desse vínculo estabelecido com a flora ocasionou modificações nas propriedades físico-estruturais de inúmeras espécies, acarretando ameaças de desaparecimento para diversas plantas medicinais em certos biomas. As áreas brasileiras de alta diversidade biológica apresentam-se como zonas estratégicas para a análise dos efeitos provenientes de intervenções por parte do poder público, dado que concentram expressiva variedade de bens comuns, especialmente de origem vegetal. Essa condição, somada à posição geográfica vantajosa, estimula iniciativas direcionadas à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos florísticos (Costa; Ravena, 2014).

A pluralidade cultural presente no Brasil manifesta-se nas diferentes condutas associadas à utilização de plantas medicinais, o que realça a importância de conservar as espécies mais requisitadas em cada contexto, sob risco de declínio contínuo. As investigações no campo da etnobotânica oferecem contribuição relevante para o entendimento dos parâmetros utilizados na escolha das plantas aplicadas na medicina popular, sejam autóctones ou introduzidas, viabilizando sua organização de acordo com os costumes de uso documentados ao longo do tempo (Soldati; Albuquerque, 2012).

As populações manifestam uma predileção mais elevada pelo uso de plantas medicinais, pois alcançam respostas para suas necessidades de saúde coletiva através de espécies vegetais reconhecidas e prescritas por curadores tradicionais e experts com notório conhecimento na área, em função da carência de complicações induzidas pela aplicação desses recursos. Os saberes culturais de qualquer coletividade representam alicerces primordiais para a consolidação de sua identidade comunal, constituindo um mecanismo em constante evolução e passível de modificações progressivas (Xavier; Silva; Lima, 2021).

O uso de plantas medicinais no contexto comunitário evidencia a necessidade de reconhecer diferentes concepções de saúde, corpo e cuidado, com valorização dos saberes populares e fortalecimento de experiências locais que estabelecem diálogo com modos de vida diversos. O reconhecimento das práticas tradicionais como parte legítima do cuidado amplia a noção de terapêutica para além dos limites biomédicos e contribui para uma atenção mais sensível às singularidades culturais e territoriais das comunidades (Cock et al., 2024).

A integração do ODS 3 com o uso de plantas medicinais amplia o conceito de saúde ao valorizar saberes tradicionais e práticas culturalmente sensíveis. Essas práticas fortalecem o cuidado primário, bem como desenvolvem autonomia em saúde e resistem à desvalorização institucional. Reconhecer essas práticas como determinantes sociais da saúde amplia a atuação sobre a qualidade de vida, e torna a gestão do conhecimento essencial para mapear e socializar os saberes, o que exige um modelo mais horizontal, participativo e alinhado a propostas de cuidado sustentável.

A relação entre os saberes tradicionais associados ao uso de plantas medicinais e o ODS 4 demonstra a centralidade da educação na valorização, preservação e continuidade desses saberes. A promoção de uma educação de qualidade requer a consideração da diversidade cultural existente nos territórios, bem como o reconhecimento de processos formativos fundamentados na oralidade, na prática cotidiana e na interação direta com os elementos naturais. No campo da gestão do conhecimento, essa perspectiva demanda a integração das experiências locais aos processos pedagógicos, conferindo legitimidade aos detentores de saberes tradicionais como agentes formadores. A organização desses saberes favorece sua preservação frente à homogeneização imposta por diretrizes curriculares generalizadas. A articulação entre os sistemas de conhecimento tradicionais e científicos permite o fortalecimento de perspectivas interdisciplinares e analíticas mais amplas. Desse modo, o ODS 4 representa um instrumento estratégico para a incorporação efetiva desses saberes nos sistemas formais de educação.

A conexão entre o uso tradicional de plantas medicinais e o ODS 12 demonstra a relevância de práticas baseadas no manejo sustentável dos recursos naturais, orientadas por saberes consolidados em contextos culturais que respeitam o equilíbrio dos ecossistemas e os ritmos naturais. A inclusão desses conhecimentos em estratégias voltadas à produção e ao consumo responsáveis reconhece a atuação histórica das comunidades na manutenção da biodiversidade. No âmbito da gestão do conhecimento, torna-se necessário estabelecer práticas que garantam a preservação ética desses saberes, impedindo sua apropriação sem consentimento

e assegurando instrumentos de proteção jurídica e repartição justa de benefícios. A estruturação de cadeias produtivas ancoradas em contextos comunitários fortalece as economias locais e respeita os aspectos socioculturais específicos. Sob essa perspectiva, o ODS 12 articula desenvolvimento sustentável, equidade socioambiental e valorização dos conhecimentos ancestrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que a gestão do conhecimento sobre plantas medicinais em comunidades tradicionais fomenta a integração entre saberes ancestrais e ciência, e valoriza práticas sustentáveis e a preservação da biodiversidade local. Esse processo, compreendido como ético e metodológico, tem papel fundamental na organização e fortalecimento desses saberes, contribuindo para a inovação social e a formulação de políticas públicas inclusivas. A pesquisa ressaltou ainda a coevolução adaptativa entre humanos e plantas como elemento central para o cuidado com a saúde comunitária e o equilíbrio ambiental frente aos desafios contemporâneos.

A análise interdisciplinar desenvolvida reforça a relevância da etnobotânica para a compreensão da complexidade dos saberes tradicionais, pois articula aspectos biológicos, culturais, sociais e espirituais. Essa perspectiva subsidia a formulação de políticas que reconhecem os direitos das comunidades e estimulam o desenvolvimento sustentável, a fim de preservar tanto o patrimônio imaterial quanto a biodiversidade local. A incorporação desses saberes aos ODS relacionados à saúde, educação e consumo responsável destaca seu papel fundamental no fortalecimento do cuidado comunitário, da valorização cultural e da sustentabilidade socioambiental.

Concluiu-se que a prática comunitária do uso de plantas medicinais, fundamentada em saberes tradicionais transmitidos oralmente, representa um vínculo essencial entre cultura, meio ambiente e saúde coletiva. Esses saberes, sustentados por uma relação histórica de cuidado com a natureza, foram sistematizados e reconhecidos, especialmente em consonância com os ODS, e são requeridos em três âmbitos: a) Cultivo de hábitos saudáveis; b) Educação contextualizada; c) Manejo sustentável dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daiane Vieira; FALCÃO, Hiram Marinho; RODRIGUES, Natalie Emanuelle Ribeiro;

OTHMAR, Filipe de Santana; FERRO, Thaís Valdeci da Rocha; NUNES, Alissandra Trajano. Saberes tradicionais sobre as plantas medicinais na comunidade Pedra Talhada, Alagoas. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 18, n. 1, p. 01-18, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.1-231.

AMARAL, Jeferson Falcão do. **Abordagens interdisciplinares sobre plantas medicinais e fitoterapia**: saúde, sustentabilidade e biodiversidade. Guarujá: Científica Digital, 2022. 160 p. ISBN: 978-65-5360-095-9. DOI: 10.37885/978-65-5360-095-9.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BUENO, Maria José Adami; MARTÍNEZ, Beatriz Bertolaccini; BUENO, José Carlos. **Manual utilizados na cicatrização de feridas**. Pouso Alegre: Univás, 2016. 136 p. ISBN: 978-85-67647-22-7. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/plantas_medicinais/livros/MANUAL%20DE%20PLANTAS%20MEDICINAIS%20E%20FITOTERAPICOS%20UTILIZADOS%20NA%20CICATRIZACAO%20DE%20FERIDAS.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

CASTILHO, Maria Augusta de; ARENHARDT, Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009. DOI: 10.1590/S1518-70122009000200004.

COCK, Nayara Rudeck Oliveira Sthel; CARLETTO, Amanda Firme; SOARES, Gabriella Barreto; SILVA, Fábio Hebert da. Plantas medicinais e cuidado em saúde na comunidade: roda de conversa como instrumento de gestão compartilhada. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 351-366, jan./abr. 2024. ISSN: 1982-7660. DOI: 10.14393/REP-2024-71528.

COSTA, Francimara Souza da; RAVENA, Nirvia. Prática agroecológicas em assentamentos rurais no sul do Amazonas: uma abordagem institucional. **Revista Novos Cadernos NAEA**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 99-124, 2014. DOI: 10.5801/ncn.v17i1.1560.

FERREIRA, André Luís de Souza; PASA, Maria Corette; NUNEZ, Cecília Verônica. A etnobotânica e o uso de plantas medicinais na Comunidade Barreirinho, Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, p. 817-830, out./dez. 2020. DOI: 10.20435/inter.v21i4.1924.

FONTENELE, Laryany Farias Vieira; ROSAL, Louise Ferreira. Etnobotânica: valorização dos saberes locais sobre plantas medicinais por comunidades tradicionais. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [s.l.], v. 6, n. 4, jan./dez. 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i4.1448.

LE MOS, Jesus Rodrigues; ARAUJO, Jaira Lima. Estudo etnobotânico sobre plantas medicinais na comunidade de Curral Velho, Luís Correia, Piauí, Brasil. **Meio Ambiente**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 144-152, 2025. DOI: 10.5007/2175-7925.2015v28n2p125.

LIMA, Pedro Glécio Costa; SILVA, Regina Oliveira da; COELHO-FERREIRA, Márlia Regina; PEREIRA, Jorge Luis Gavina. Agrobiodiversidade e etnoconhecimento na Gleba Nova Olinda I, Pará: interações sociais e compartilhamento de germoplasma da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz, Euphorbiaceae). **Boletim do Museu Paranaense Emilio Goeldi, Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 2, p. 419-433, maio/ago. 2013. DOI: 10.1590/S1981-81222013000200012.

PAIVA, Rafael Silva; COSTA, Antônia Conceição Ferreira da; AMARAL, Taynara Santos. Saberes ancestrais: a importância do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em comunidades rurais. **Meio Ambiente**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 144-152, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.16351513.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen, ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002. 288 p. ISBN-10: 8573079789. ISBN-13: 978-8573079784.

RANGEL, M.; BRAGANÇA, F. C. R. Representações de gestantes sobre o uso de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 11, n. 1, p. 100-109, 2009. DOI: 10.1590/S1516-05722009000100016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Critical Review of Social Sciences**, [s.l.], n. 79, p. 71-94, nov. 2007. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300004.

SILVEIRA, Adriana Santos da; GOMES, Lucas Edward Nascimento; PEREIRA JÚNIOR, Antônio. Investigação sobre a interdisciplinaridade entre o ensino de biologia, a etnobotânica e a educação ambiental no ensino médio. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 7, 2021. ISSN: 2525-3409. DOI: 10.33448/rsd-v10i7.16241.

SIQUEIRA, Karina Machado; BARBOSA, Maria Alves; BRASIL, Virginia Visconde; OLIVEIRA, Lizete Malagoni Cavalcante; ANDRAUS, Lourdes Maria Silva. Crenças populares referentes à saúde: apropriação de saberes sócio-culturais. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 68-73, 2006. DOI:10.1590/S0104-07072006000100008.

SOLDATI, Gustavo Taboada; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **A new application for the optimal foraging theory: the extraction of medicinal plants**. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine, sep. 2012. DOI: 10.1155/2012/364564.

SOUZA, Yalli Vanessa Borges; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva; ANDRADE, Luciano Pires de. Um olhar sobre os conhecimentos tradicionais de plantas medicinais no cuidado com a saúde na comunidade Quilombola do Timbó, Garanhuns-Pernambuco, Brasil. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 2-11, 2024. DOI: 10.17921/1415-6938.2024v28n1p02-11.

TUROLLA, Monica Silva dos Reis; NASCIMENTO, Elizabeth de Souza. Informações toxicológicas de alguns fitoterápicos utilizados no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, [s.l.], v. 42, n. 2, abr./jun. 2006. DOI: 10.1590/S1516-93322006000200015.

XAVIER, Reinato Andrade Tembo; SILVA, Viviane Vidal da; LIMA, Renato Abreu. Etnobotânica e a comunidade: saberes locais de plantas medicinais no Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological - SAJEBTT**, Rio Branco, v. 8, n. 2, jan./abr. 2021. ISSN: 2446-4821. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3641/3114>. Acesso em: 20 set. 2025.